

# Meu mundo é outro

# Literatura utópica nas estantes brasileiras

## Editora da Unicamp lança dois primeiros títulos de coleção que reúne obras inéditas em português

CRISTIANE KÄMPF  
Especial para o JU

A capacidade de imaginar outros mundos ou maneiras de viver – com diferentes formas de organização política, econômica e social – é primordial em tempos de crise ou quando se busca analisar a própria realidade vivida. O Humanismo permitiu ao homem renascentista entender que sua existência individual, assim como o viver associado, são históricos, ou seja, variam e dependem de ações humanas e não da vontade divina, como se acreditava na era medieval. O homem percebeu então que poderia tomar para si seu destino e construir sua história com as próprias mãos – noção que deve ser sempre relembrada, em qualquer época histórica.

Neste sentido, a coleção *Mundus Alter* (Editora da Unicamp), organizada por Carlos Eduardo Ornelas Berriel, professor do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, chega em boa hora. “A coleção *Mundus Alter* é composta de uma série de utopias literárias, essenciais para a compreensão

do imaginário político moderno. Trata-se de uma coleção de traduções para a língua portuguesa desses textos, inéditos em português, que inventaram e descreveram mundos outros, que são na verdade imagens invertidas do nosso próprio mundo. Longe de servirem para o escapismo político, as utopias são, comumente, retratos irônicos, causticos e satíricos da época de seus autores. Adotando a forma de relatos de viagens imaginárias, de tratados e projetos sociais, as utopias foram, em seu meio milênio de história, interlocutoras contínuas das sociedades que as produziram e de suas teorias políticas, sendo muitas vezes ela própria uma teoria e uma proposição política”, explica o docente.

Os dois primeiros livros da coleção serão lançados dia 20 de março, em Campinas: *A cidade feliz*, de Francesco Patrizi da Cherso, traduzido por Hélio Moraes, e *A terra austral conhecida*, de Gabriel de Foigny, vertido para o português por Ana Cláudia Romano Ribeiro. Ambos tradutores são doutores em teoria e história literária pela Unicamp, pesquisadores do Centro de Pesquisa sobre Utopia (U-Topos), do IEL, e coeditores da *Revista Morus – Utopia e Renascimento*, editada por Berriel. A coleção *Mundus Alter*

preenche uma lacuna não só nas universidades, mas também nas estantes dos leitores brasileiros, já que há pouquíssimos títulos utópicos à disposição em português. O professor explica que, “dependendo do critério, é possível listar muitas centenas de obras que podem ser consideradas utopias. No entanto, em português, existe no máximo uma dúzia. Além disso, as utopias já publicadas no Brasil muitas vezes têm problemas de tradução, pois frequentemente são vertidas não a partir do idioma original, mas de uma outra tradução.”

Berriel acredita que há um interesse crescente sobre o tema e que a prova disso seria um número cada vez maior de publicações em todos os países sobre as utopias. Ele lembra que existem vários centros de estudos utópicos nas grandes instituições acadêmicas, e muitas coleções como a que a Editora da Unicamp está lançando. Nesta entrevista, o professor discute a função social da utopia nos dias de hoje, analisa os pontos em comum entre ficção científica e utopia, argumenta sobre a influência do individualismo na formação de utopias coletivas na sociedade contemporânea e apresenta as próximas obras a serem lançadas pela coleção.

**Jornal da Unicamp – Para começar, o que podemos entender como utopia?**

**Carlos Eduardo Berriel** – Atualmente existe uma discussão bastante avançada sobre o sentido histórico e literário da utopia, e tivemos inclusive um grande congresso internacional, aqui na Unicamp, visando avançar neste sentido.

Indubitavelmente, a utopia é um gênero literário, de composição mista, pois engloba os campos de reflexão da política, da ética, da religião, etc. Ao contrário da crença comum, a utopia não é, predominantemente, uma visão ficcional do futuro, e sim uma reflexão sobre o presente, considerado este como o complexo de graves problemas sociais e políticos que alarmam o ambiente cultural do utopista. *A Utopia* de Morus, por exemplo, é uma reflexão satírica sobre os graves problemas que a Inglaterra vivia com a dissolução da comunidade feudal e o surgimento da sociedade capitalista.

A série das obras utópicas, que principia com Thomas Morus, surge quando da substituição da comunidade feudal pela sociedade moderna. De forma muito breve, podemos dizer que a comunidade é uma forma de vida coletiva em que seus membros possuem um lugar pelo simples nascimento em seu âmbito. Pobres ou privilegiados, há lugar para todos. Ao contrário, na sociedade moderna, este lugar deverá ser obtido por um processo de concorrência e eliminação dos derrotados. Na comunidade prevalece o costume e as normas da tradição, na sociedade prevalece o interesse econômico. Nas utopias clássicas não há propriedade privada e, consequentemente, nem ricos nem pobres. Este fato, entretanto, não deve ser visto como um prenúncio

do socialismo, embora este movimento, muitas vezes, o considere uma forma de ancestralidade. Já na *República* de Platão há o comunismo de bens, e mesmo o cristianismo primitivo é fortemente considerado pelos autores utópicos.

A utopia nasce, no começo do século XVI, interessada em sopesar os efeitos desta nova forma de vida associada, com a qual nasce o Estado e a sociedade burguesa. As utopias, então, experimentam virtualmente, através de uma composição de traços satíricos e metafóricos, formas possíveis de Estado que possam conviver com a comunidade dos homens. Este desenho imaginário assume a forma de um ideal político, de uma sociedade onde todos estarão bem.

Muitas são as indagações implícitas às utopias clássicas, dos séculos XVI e XVII: como será o Estado que nasce da traumática superação do mundo feudal? Que características terá, se incorporar o máximo da racionalidade científica em processo de criação? Diante de um Estado alargado ao limite, como viverá o indivíduo? Mantida a religião na nova sociedade, qual será a sua feição? Absorvida e confundida com o Estado, que então terá uma face sagrada? Será possível ao indivíduo construído pelo Humanismo subsistir diante de um Estado absoluto, sustentado pelo racionalismo burguês?

Estas e muitas outras questões, postas pela realidade, são respondidas pelas utopias – e basta isso para dizer que este gênero se alimenta da realidade mais concreta, e não por devaneios sociais, como afirmam seus detratores.

O peso da herança platônica e de outros autores, como Aristóteles, Luciano de Samósata e Santo Agostinho, é enorme. Comumente uma

obra utópica traz em si, de forma criptografada, toda a biblioteca de seu autor. Embora lamentem a perda histórica da comunidade, as utopias iniciais costumam ser otimistas com o Estado moderno, vendo neles um instrumento de superação da miséria material e dos vícios societários, como a preguiça, a exploração e a injustiça. Este é apenas um dos paradoxos típicos da utopia. Há nisso uma junção imaginária entre a justiça da comunidade e as conquistas científicas. A utopia nasce também daquele otimismo sobre as possibilidades humanas de escrever seu próprio destino, individual e coletivo, que é a face mais marcante do Humanismo da Renascença.

**JU – Qual é a função social da utopia nos dias de hoje? O homem atual é capaz de produzir utopias?**

**Berriel** – Historicamente, e dentro de seu estatuto literário, as utopias sempre puderam ajudar a compreensão dos quadros culturais, sociais e políticos que as geraram. Se a utopia tiver uma função social hoje, será a mesma de sempre: criar uma imagem do mundo a partir das opções históricas postas pela realidade. Acredito que atualmente – e há mais de um século – a utopia “típica” não é mais escrita. Em seu lugar existe sua irmã gêmea, a distopia, que é a obra que mostra uma sociedade perfeita em sua malignidade. Desta série podemos citar as obras de George Orwell, *1984* e *Fazenda de Animais*, e a de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*. Toda a consciência crítica do século XX depende, decisivamente, destas distopias. Uma outra forma da distopia pode ser a ficção científica, um galho da árvore utópica, e que se caracteriza pela dilatação ao extremo

dos efeitos que a tecnologia desprovida de controle ético tem sobre a sociedade.

**JU – Até que ponto o individualismo atrapalha ou inibe a formação de utopias coletivas na sociedade contemporânea?**

**Berriel** – Curiosamente, a noção de indivíduo, que nasce na Antiguidade grega, teve um grande desenvolvimento no Renascimento e, inclusive, na obra dos pensadores que foram centrais para a utopia, como Pico della Mirandola e Erasmo de Rotterdam. Entretanto, o indivíduo que eles conceberam não era anti-social, e viam a polis (isto é, o ambiente de civilidade em que viviam) como substrato irrenunciável na própria existência individual. Se o indivíduo da Renascença considerava possível considerar sua vida como auto-construção autônoma – o homem como autor de si mesmo – estava a um passo de considerar a vida coletiva como passível de ser fruto de uma deliberação racional e livre. É esta mentalidade que tornou possível a utopia, isto é, a ideia de uma polis construída a partir da livre razão de seus cidadãos. O individualismo, que é contemporâneo, aparece como uma supressão da individualidade da Renascença justamente por sua negação congênita do interesse social.

**JU – Se a ficção científica está ligada à utopia, quais são seus pontos em comum?**

**Berriel** – Há um substrato temático comum à utopia e à ficção científica: ambas as manifestações tratam, com o recurso dos mundos imaginários, das mais urgentes questões da época que as produziu. Os dois elementos constituintes do nome devem ser sublinhados: a *Ciência* e a *Ficção*. É possível que a ficção científica tenha se constituído sobre o trauma histórico trazido pelo progresso científico, cujo início pode ser localizado no âmbito do Romantismo, contemporâneo da revolução industrial e do consequente divórcio entre o poder avassalador da nova

propositura, somado à reflexão ético-política. Mas estou certo de que as utopias mais arquetípicas não oferecem um roteiro estrito para ser seguido por engenheiros sociais – que, aliás, surgem apenas após a Revolução Industrial. As utopias são essencialmente ficções nutridas pela filosofia política.

**JU – Autores brasileiros já produziram obras que poderiam ser classificadas de utópicas? Há alguma produção atual neste sentido?**

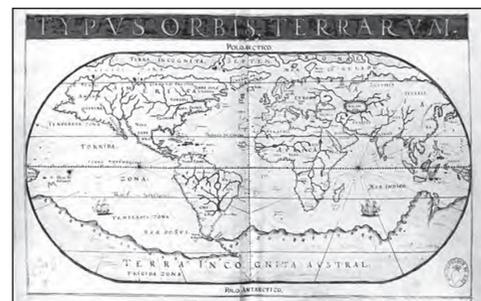
**Berriel** – Se considerarmos a utopia em sentido mais largo, menos rigoroso em sua definição, então a resposta é sim. Há mesmo uma interessante biblioteca neste sentido, com obras de Graça Aranha, Monteiro Lobato, Joaquim Felício dos Santos, Menotti del Picchia e muitos outros. Alguns preferem vê-los como autores de ficção científica, o que é todo um outro problema. A ficção científica brasileira, entretanto, é bastante vigorosa.

**JU – Uma utopia é ou deve ser algo realizável?**

**Berriel** – Sou da opinião de que as utopias, pelo menos nos seus primeiros dois séculos, existem como formas de ficção política, não sendo diretamente propostas de realização efetiva. Possivelmente, nos entornos da Revolução Francesa, elas poderão ter assumido este caráter



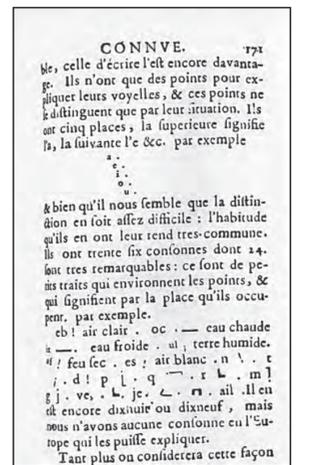
Ilustração de P. Morillier para o capítulo III de *A Terra austral conhecida*, in *Voyages imaginaires, coletânea organizada por Charles G. Garnier (Amsterdã, Paris, 1788, vol. XXIV)*



Mapa anônimo de 1630, *Bibliothèque Nationale de France*



O professor Carlos Eduardo Ornelas Berriel, coordenador da coleção *Mundus Alter*: interesse sobre a utopia é crescente



Página da edição de 1676 de *A terra austral conhecida*, com o alfabeto austral

técnica e uma ética insuficiente para estes tempos. O paradigma do problema é, sempre, *Frankenstein – o Moderno Prometeu*, de Mary Shelley (1818), obra infinitas vezes retomada: afinal, poderá o homem substituir Deus como criador da vida e de outros mundos? A ficção científica percebeu a dessacralização promovida pela Revolução Industrial ao criar a máquina, esta criatura que opera em um tempo dessemelhante ao do homem, e ao devassar a natureza, anteriormente concebida como mistério.

A quebra da ordem cósmica arcaica, de alto valor para o romântico, gera um mundo do homem, e ao devassar a natureza, anteriormente concebida como mistério. A ética, entendida como o controle humano sobre a vida, foi suplantada pela eficácia econômica, que não se subordina aos ditames e valores humanos. Esse poder técnico cria sem a hesitação de um vestíbulo moral um mundo sem justificativas para suas construções e personagens: o mundo dos simulacros, do homem sintético, sem alma, a cidade das máquinas, o terror nuclear, a realidade paralela, as criaturas de código incompreensível para a razão humana, já em vias de ser descartada. O tempo, como História, aparece desgobernado.

Em sua abundante série a ficção científica registra, como os mitos e as tragédias de outro tempo, a irrupção do grotesco no mundo, dos monstros que são o sintoma da quebra da ordem do cosmo, da dissolução do homem como medida de todas as coisas. Visto isso, é possível perceber conexões entre o procedimento utópico e o da ficção científica. O que não impede, entretanto, que uma e outra manifestação possa seguir seu destino de forma independente.

**JU – Há planos para um IV Congresso de Estudos Utópicos da Revista Morus? Quais são as expectativas?**

**Berriel** – Estamos trabalhando, com

**JU – Há planos para se criar um programa de pós-graduação em utopia na Unicamp, a exemplo do que já existe em Portugal?**

**Berriel** – Por enquanto não. Isso talvez possa ser pensado dentro de alguns anos, com o crescimento no Brasil das leituras sobre utopias. Isso poderá ser viabilizado, entre outras iniciativas, pela coleção *Mundus Alter*.

**JU – Além dos recém-lançados *A cidade feliz* e *A terra austral conhecida*, quais outros livros da coleção *Mundus Alter* já estão no prelo?**

**Berriel** – Planejamos trazer para as estantes brasileiras novas edições de textos já disponíveis, como *A cidade do sol*, de Campanella (1602), e *A Utopia*, de Thomas Morus, assim como textos pouco conhecidos, mas importantes dentro do gênero, como os títulos recém-lançados. Há muitos títulos em perspectiva, em diversos estágios de realização. Em breve deverão ser publicados uma coletânea de utopias italianas do século XVI, por mim traduzidas, além de *A ilha dos hermafroditas* (1605) publicada anonimamente em Paris e traduzida por Ana Cláudia Romano Ribeiro – que também planeja traduzir do latim a *Utopia* do Morus e *Epigone, histoire du siècle futur*, de Michel de Pure e a *Viagem ao sol (Histoire comique des états et empires du Soleil)*, do Cyrano de Bergerac. Para este ano planejamos publicar ainda as *Cartas da malásia*, de Paul Adam (1896), traduzida por Laura Cielvani Machado e *O homem na Lua* (1638) de Francis Godwin, traduzido por Bruna Caixeta.

Estão em níveis diferentes de elaboração *Alector ou le coq*, de Barthélemy Aneau, em tradução de Yvone Greis, *A ilha dos Pinheiros* de Henry Neville, por Hélio Gomes Moraes, que também vai traduzir *The machine stops*, de E. M. Foster, e *Oceana*, de Harrington. Ivone Gallo está preparando uma edição da obra de Fourier, *Le nouveau monde amoureux*.

os colegas da Universidade de Florença, visando um congresso em fevereiro de 2014. O tema central desta vez será a posição das utopias dentro dos embates políticos e revolucionários na História. O título provisório é: *Utopias do Renascimento, Utopias das Revoluções*.

**JU – Quais são atualmente os convênios estabelecidos entre a Unicamp e universidades estrangeiras para a linha de pesquisa sobre utopia?**

**Berriel** – Mantemos atualmente convênios formalmente constituídos com a Universidade del Salento/Lecce (Itália), que possui o Centro Interuniversitário di Studi Utopici, e com o Departamento di Studi sullo Stato da Universidade de Florença. Mesmo sem um vínculo formal, temos acordos vivos de parceria com o Centre d'Études Supérieures de la Renaissance da Universidade François Rabelais de Tours, França, com o qual acabamos de realizar, agora em janeiro, o III Congresso Internacional de Estudos Utópicos, dedicado aos temas do consenso e do livre-arbítrio nas utopias, cujas comunicações encontram-se disponíveis em vídeo e áudio no site do CESR e em breve serão publicadas na *Morus*. Mantemos constante contato também com o Centro Interdepartamental de Ricerca sull'Utopia da Universidade de Bologna (Itália). Somos também membros da Utopian Studies Society. Temos uma relação muito viva com outras revistas sobre utopia, como a *Moreana* e a *Bruniana & Campanelliana*. A *Revista Morus* reúne pesquisadores de mais de 50 universidades nacionais e estrangeiras, com quem estabelece parcerias na forma de colaborações individuais ou de projetos coletivos mais abrangentes, como congressos organizados em parceria.

**JU – Há planos para se criar um programa de pós-graduação em utopia na Unicamp, a exemplo do que já existe em Portugal?**

**Berriel** – Por enquanto não. Isso talvez possa ser pensado dentro de alguns anos, com o crescimento no Brasil das leituras sobre utopias. Isso poderá ser viabilizado, entre outras iniciativas, pela coleção *Mundus Alter*.

**JU – Além dos recém-lançados *A cidade feliz* e *A terra austral conhecida*, quais outros livros da coleção *Mundus Alter* já estão no prelo?**

**Berriel** – Planejamos trazer para as estantes brasileiras novas edições de textos já disponíveis, como *A cidade do sol*, de Campanella (1602), e *A Utopia*, de Thomas Morus, assim como textos pouco conhecidos, mas importantes dentro do gênero, como os títulos recém-lançados. Há muitos títulos em perspectiva, em diversos estágios de realização. Em breve deverão ser publicados uma coletânea de utopias italianas do século XVI, por mim traduzidas, além de *A ilha dos hermafroditas* (1605) publicada anonimamente em Paris e traduzida por Ana Cláudia Romano Ribeiro – que também planeja traduzir do latim a *Utopia* do Morus e *Epigone, histoire du siècle futur*, de Michel de Pure e a *Viagem ao sol (Histoire comique des états et empires du Soleil)*, do Cyrano de Bergerac. Para este ano planejamos publicar ainda as *Cartas da malásia*, de Paul Adam (1896), traduzida por Laura Cielvani Machado e *O homem na Lua* (1638) de Francis Godwin, traduzido por Bruna Caixeta.

Estão em níveis diferentes de elaboração *Alector ou le coq*, de Barthélemy Aneau, em tradução de Yvone Greis, *A ilha dos Pinheiros* de Henry Neville, por Hélio Gomes Moraes, que também vai traduzir *The machine stops*, de E. M. Foster, e *Oceana*, de Harrington. Ivone Gallo está preparando uma edição da obra de Fourier, *Le nouveau monde amoureux*.

### SERVIÇO



Obra: *A cidade feliz*. Autor: Francesco Patrizi da Cherso. Tradução, introdução e notas: Hélio Moraes. Edição: 1ª. Páginas: 136. Preço: R\$ 32,00.



Obra: *A terra austral conhecida*. Autor: Gabriel de Foigny. Tradução, introdução e notas: Ana Cláudia Romano Ribeiro. Edição: 1ª. Páginas: 248. Preço: R\$ 45,00. Lançamento: Dia: 20 de março. Horário: 18 horas. Local: Empório do Nono, Barão Geraldo, Campinas.

## Razão e ciência na berlinda

Hélio Moraes apresentou a primeira versão da tradução da utopia de Francesco Patrizi da Cherso, *A cidade feliz*, em 2005, quando concluiu o mestrado em Teoria e História Literária do IEL, sob a orientação do professor Carlos Berriel. “Levei, portanto, cerca de três anos para concluir a tradução comentada e o estudo que a acompanha. No entanto, venho revisando periodicamente este pequeno tratado e concordo plenamente com Ana Cláudia Ribeiro quando afirma tratar-se de uma atividade infinita. Quando voltar a ler minha tradução, tenho certeza de que encontrarei outras alternativas, talvez mais interessantes e adequadas do que aquelas por que optei”, afirma o doutor em história literária pela Unicamp e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). *A Cidade Feliz* é um tipo de utopia

pouco conhecida, já que nela apresenta-se outro modelo utópico e não um relato de viagem, comum em inúmeras obras utópicas. Francesco Patrizi apresenta uma imagem de cidade, no qual a razão e a ciência são fundamentais para que o homem alcance a felicidade. A tradução é acompanhada de uma introdução que vai da página 13 à 57 e é essencial para a compreensão do texto. Nela, Hélio apresenta o ambiente intelectual de Veneza na época em que Francesco Patrizi escreveu a obra, publicada em 1553. “Penso que a tradução de *A Cidade Feliz*, por si só, não é capaz de fornecer ao leitor brasileiro todos os elementos para uma compreensão mais ampla do pensamento político de Patrizi, primeiramente, por se tratar de um autor ainda pouco conhecido no Brasil e cuja fortuna crítica tem se consolidado em

anos relativamente recentes. Em segundo lugar, acredito que as considerações sobre os círculos intelectuais dos quais o jovem filósofo participava, o ambiente socio-político veneziano e a relação de seu texto com outros gêneros do discurso político do Renascimento podem complementar e dar uma direção mais precisa à leitura dessa utopia que, por tantos aspectos, se esquia a classificações muito rígidas de gênero”, explica. Sobre a importância de se disponibilizar esta obra em português, Hélio afirma que “o nome de Francesco Patrizi, é hoje relacionado a pensadores do porte de Bernardino Telésio, Galileu e Campanella” e que ele acredita “ser relevante colocar à disposição dos leitores de língua portuguesa o texto de um importante autor da Itália Contra-Reformista”.



Hélio Moraes, tradutor da obra de Francesco Patrizi da Cherso: introdução é fundamental para a compreensão do texto



Ana Cláudia Romano Ribeiro, que verteu *A terra austral conhecida* para o português: “Tradução é uma atividade infinita”

## Do pastiche à sátira dos devotos

“Traduzir esta obra é produzir um objeto cultural passível de ser discutido, tanto em sua forma [a tradução] quanto em seus diversos estratos de significados. É tornar acessível ao público de língua portuguesa um tipo de ficção essencialmente política, chamada de utopia literária, e contribuir para os estudos referentes à língua e à literatura do século XVII”. É assim que Ana Cláudia Romano Ribeiro, tradutora da obra *A terra austral conhecida* (1676), define seu trabalho de verteu para o português a utopia de Gabriel de Foigny, originalmente escrita em francês. “Um francês, em vários aspectos, diferente do francês atual, que mescla registros diversos, passando do coloquial ao formal, do pastiche do relato de viagem à sátira

dos devotos, um francês repleto de expressões circunscritas historicamente”, explica a doutora em teoria literária pela Unicamp e professora de Literatura. Ana Cláudia é pesquisadora do Centro de Pesquisa sobre Utopia (U-Topos), do grupo Renascimento e Utopia, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp) e coeditora da revista *Morus – Utopia e Renascimento*. Seu interesse pelo tema da utopia surgiu em 2002, quando participou de um curso ministrado pelo professor Berriel e dedicado ao estudo do Renascimento, do Humanismo e de algumas obras específicas, como *O príncipe*, de Maquiavel, e *Utopia*, de Thomas Morus. “Interessei-me principalmente pela articulação entre ficção,

história, literatura e filosofia nessas obras e temas, e fiquei particularmente intrigada com *Utopia*, obra ao mesmo tempo enigmática e concreta, que trata de questões absolutamente centrais à vida humana por meio de uma ficção paradoxal, que mistura verossímil e inverossímil”, diz a pesquisadora. O trabalho de tradução de *A terra austral conhecida* se iniciou em 2005, quando Ana Cláudia ingressou no doutorado sob a orientação do professor Berriel e a última versão ficou pronta no segundo semestre de 2011. Ela conta que as revisões foram incontáveis e que “se não tivesse publicado agora, creio que continuaria revisando a tradução, cotejando o original com o português – pois esta é uma atividade infinita.”